

AÇÃO SOCIAL SALESIANA EM REDE NO BRASIL

A experiência conjunta na construção de respostas mais efetivas aos desafios contemporâneos de desenvolvimento integral da juventude

AGNALDO SOARES LIMA¹

CLAUDIO ROBERTO STACHEIRA

SILVIA APARECIDA SILVA

Introdução

A ação em rede é um modelo de trabalho que vem ganhando espaço no Estado, no mercado e na sociedade como uma forma inovadora e flexível de atuação colaborativa entre as organizações, para responder aos complexos desafios de desenvolvimento integral da juventude. Um exemplo disso acontece no Brasil no âmbito da *Rede Salesiana Brasil (RSB)*, parceria entre as Inspetorias dos Salesianos de Dom Bosco (SDB) e as Inspetorias das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) presentes no país, com o objetivo de promover um projeto educativo-pastoral salesiano compartilhado, articulando ações no âmbito das escolas, da comunicação, da formação e das obras sociais.

O presente artigo tem por finalidade destacar, no contexto da RSB, o viés da ação social que, tendo se constituído inicialmente como duas Redes de Ação Social (RESAS), uma dos SDB e outra das FMA, passa a ser única e a denominar-se RSB-Social.

Taremos no decorrer do texto um pouco do caminho percorrido nos últimos anos, mas buscamos sobretudo apresentar de modo particular os desafios para uma ação em rede no âmbito do trabalho social no Brasil. A criação da Rede Salesiana Brasil de Ação Social incorporou o histórico e as experiências da RESAS SDB e da RESAS FMA. Também considerou que as dimensões territoriais continentais do Brasil, a diversidade cultural do país, a variedade de leis, de políticas públicas, de instituições, de procedimentos e de possibilidades de atuação na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros, formam um complexo sistema sob o qual devem acontecer o desenvolvimento integral e a justiça social no país, exigindo respostas inovadoras, efetivas, ágeis e sustentáveis das organizações comprometidas com essa agenda de trabalho.

¹ O Pe. Agnaldo Soares Lima, salesiano de Dom Bosco e a Ir. Silvia Aparecida Silva, Filha de Maria Auxiliadora são diretores executivos da Rede Salesiana Brasil de Ação Social. Cláudio Roberto Stacheira é proprietário da Empresa Data Master e atua de forma permanente como consultor na Rede Salesiana Brasil de Ação Social.

Essas características exigem que a promoção da Pastoral Juvenil Salesiana, a partir da ação social no Brasil, seja feita de acordo com as características de cada território em que ela acontece, fazendo da obra social um espaço de referência e encontro para a comunidade, um elemento de articulação das demais formas de presença salesiana (paróquia, escola, dentre outros) e um agente facilitador do desenvolvimento local com justiça social, por meio da educação e da evangelização. Nessa perspectiva, a Rede Salesiana Brasil de Ação Social surge como uma estrutura colaborativa nacional das presenças salesianas do Brasil, para articular, fortalecer e promover a ação social salesiana em rede no país. Ela considera que a complexidade que naturalmente caracteriza a ação social deve estar no centro da identidade organizacional e do *modus operandi* da Rede. Nesse sentido, a Rede busca articular as obras e presenças sociais a partir da identidade carismática salesiana e de compromissos fundamentais de trabalho. Juntos estes elementos devem ser capazes de dar a cada obra social as diretrizes fundamentais do trabalho em rede, preservando sua autonomia operacional no território, não exigindo a padronização mecânica de suas ações, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de modelos colaborativos entre as presenças salesianas, articulados com a população envolvida e com as políticas públicas, organizados na forma de projetos estratégicos de comunidades saudáveis.

A implantação da Rede Salesiana Brasil de Ação Social é um processo em construção, que articula e incentiva a ressignificação das presenças sociais salesianas no território, baseado nos complexos desafios brasileiros de desenvolvimento integral da juventude. A partir dela, atualmente salesianos e salesianas estão encontrando alternativas colaborativas e sustentáveis, de fazer da ação social um instrumento educativo-evangelizador de alto impacto da Pastoral Juvenil na transformação positiva da vida de crianças, de adolescentes, de jovens e de suas famílias.

1. A experiência salesiana de ação social em rede no Brasil (sdb-fma)

1.1. *Redes e Rede Salesiana de Escolas*

Rede é a terminologia da atualidade. Redes sociais, redes comerciais, rede de informação, ação em rede, são algumas das formas onde o conceito ou pressupostos de aproximação, articulação e/ou integração vêm expressos com o termo “rede”. No plano comercial a atuação dentro de alguns modelos de rede tem ganho sempre mais espaço no atual mercado de consumo, particularmente como forma de enfrentar e se buscar vencer a concorrência. Tais redes buscam alinhamento por meio da utilização de marcas comuns, desenvolvimento de padrões de atendimento, modelos referenciais para o visual das lojas, um mesmo tipo de uniforme dos seus colaboradores, e, sobretudo, pela oferta de um mesmo e único tipo de produto. Embora, com frequência, atuem de forma independente e sequer possuam qualquer vínculo de propriedade e/ou administrativo financeiro, esse modelo de rede torna-se uma forma de dar maior visibilidade a empresas e produtos, conquistar mercado e alavancar vendas.

No Brasil, essa forma de constituir-se como rede, ainda que não necessariamente atuando como uma rede articulada e integrada, foi ganhando espaço nos últimos tempos também no campo educacional. Escolas particulares, com diferentes origens, proprietários e até mesmo ideologias educativas, começaram a se articular como rede adotando marcas e materiais didáticos desenvolvidos e franqueados no mercado por organizações educativas.

Atentos a essa nova realidade e detentores de centenas de unidades escolares em todo o país, Salesianos e Salesianas, ordens religiosas masculina e feminina, fundadas por Dom Bosco² e Madre Mazzarello para atuar na educação da juventude, decidiram, a partir de 2002, se constituírem oficialmente como a Rede Salesiana de Escolas - RSE. Alinhados desde sempre pelo método educativo denominado Sistema Preventivo de Dom Bosco, passam então a desenvolver e adotar um material didático próprio, assumir uma mesma logomarca, ofertar modelos padrões de uniformes para os alunos, propostas de formações comuns para professores, entre outras possibilidades.

O sucesso do trabalho alcançado pela Rede Salesiana de Escolas e a experiência de um trabalho integrado entre Salesianos de Dom Bosco (SDB) e Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) motivaram o esforço da Articulação da Rede Salesiana de Ação Social – RESAS, que nasce, porém, como duas redes menores separadas. Os SDB começam seu trabalho de articulação em 2005 e as FMA em 2009.

1.2. Breve histórico da caminhada da RESAS

1.2.1. A RESAS SDB

Presentes no Brasil desde 1883, quando os primeiros salesianos aportaram em Niterói, Rio de Janeiro, e pouco tempo depois, 1885, em São Paulo, capital, a Congregação Salesiana sempre se distinguiu no cenário nacional pelo seu compromisso com ações de caráter social. Na verdade esta foi a agenda que moveu os primeiros missionários enviados ainda por Dom Bosco e que tinham como destinatários principais imigrantes que vinham da Europa desde o final do século XIX, populações indígenas e grupos populares.

² São João Bosco foi sacerdote na cidade de Turim, Itália. A partir de 1841, no período em que se iniciava na Europa e de modo especial na Itália, a revolução industrial, passa a ocupar-se dos adolescentes e jovens que abandonando o campo vinham se aventurar nas cidades em busca de trabalho. Abandonados à própria sorte, tais jovens se encontram desprotegidos e passam a ter em Dom Bosco um pai, mestre e educador que se ocupa da formação espiritual, humana, intelectual e profissional dos mesmos, organizando os chamados Oratórios, oficinas e oferecendo também a muitos deles espaços de moradia. A partir de 1864, visitando a cidadezinha de Mornese, Dom Bosco encontra ali Maria Domingas Mazzarello, uma jovem que vivendo uma proposta de vida religiosa e de entrega a Deus, realizava um trabalho de formação para adolescentes e moças da localidade. Dá-se início então a uma parceria e um caminho que resulta na fundação das Filhas de Maria Auxiliadora, ramo feminino da Congregação Salesiana, que desenvolve para as meninas uma ação educativa nos moldes que Dom Bosco vinha realizando para os meninos.

A necessidade de captar recursos que pudessem auxiliar na manutenção de um conjunto de mais de cinquenta obras sociais, com programas de profissionalização, de abrigos, de ações complementares à escola e tantos outros, fez com que em 1995 se desse início ao movimento “União Pela Vida” (UPV) como um vasto mutirão da família salesiana para a captação de recursos. Sediada em Manaus e coordenada pela Inspetoria Salesiana São Domingos Sávio, a UPV estruturou um processo sistemático de captação de recursos junto a pessoas físicas (benfeitores) para fomentar a ação social salesiana SDB, tendo o Boletim Salesiano como um importante veículo de comunicação, que contribuiu decisivamente para a fidelização dos benfeitores ao longo dos anos. No ano de 2002 a UPV e sua gestão foram transferidas para Brasília, a capital do país, onde permanecem desde então sob os cuidados da Conferência das Inspetorias dos Salesianos de Dom Bosco do Brasil (CISBRASIL).

A UPV foi o embrião da então Rede Salesiana de Ação Social SDB, inspirando um trabalho conjunto entre Inspetores e fixando um ponto de pauta nacional articulado a respeito da ação social, nas reuniões da CISBRASIL. A partir disso também foram iniciadas algumas parcerias externas. Dentre elas destaca-se o apoio da Procuradoria Salesiana de *New Rochelle*, que contribuiu para o projeto de construção dos cadernos “*Largada para o Futuro*”, desenvolvidos pelos educadores sociais da RESAS SDB para a sua formação continuada.

A perspectiva de constituição da RESAS SDB consolidou-se no ano de 2005, assim como a composição do Documento de Referência da Rede elaborado pelos respectivos coordenadores inspetoriais. Desde então estes coordenadores passam a se encontrar em reuniões nacionais anuais (uma ou duas edições ao ano), para tratar de assuntos importantes para a RESAS SDB. No ano de 2007 realizou-se a primeira edição do Encontro Nacional da Rede Salesiana de Ação Social (ENRESAS), envolvendo gestores e representantes SDB, seguido de outras sete edições anuais realizadas até o ano de 2014.

A partir de 2009/2010 a pauta de formação continuada dos educadores sociais foi ampliada, tendo sido iniciado um curso de especialização em Educação Social, financiado pela CISBRASIL e executado pela Universidade Católica de Brasília na modalidade de educação a distância, alcançando colaboradores das obras sociais das seis inspetorias SDB do Brasil.

Com essa trajetória a RESAS SDB chega ao ano de 2014 destacando o fortalecimento do trabalho realizado nas inspetorias, a revisão do Documento de Referência da Rede, a criação do Sistema de Informações da RESAS (Data RESAS), e, em especial, com a consciência de que a Rede acontece no território em que as presenças salesianas estão inseridas.

1.2.2. *A RESAS FMA*

As Filhas de Maria Auxiliadora chegaram ao Brasil em 1892, na cidade de Guatinguetá, estado de São Paulo, e também se distinguiram sempre por um trabalho de cunho fortemente social voltado às meninas. Com diferentes forma de atuação, a organização da ação social das FMA em cada inspetoria funciona de maneira parti-

cular: cada uma das nove inspetorias FMA do Brasil define e executa sua maneira de estruturar-se em relação à rede.

Destacam-se três elementos no modelo de ação social FMA: o primeiro é que existem obras sociais funcionando em prédios da congregação. O segundo diz respeito às obras sociais que acontecem por meio de presenças de Irmãs Salesianas inseridas em comunidades locais, participando em espaços/instituições já existentes no território (comunidades inseridas). O terceiro é que as FMA possuem a iniciativa *Parceria Cidadã*, como plataforma de captação de recursos para as iniciativas sociais desenvolvidas pela congregação no Brasil.

No âmbito da ação social FMA, a proposta de configuração de um trabalho em rede ganhou espaço no ano de 2009, quando da realização de um encontro em Brasília. Em 2010 ocorreu uma nova edição do encontro, pautado em assumir o uso da marca RESAS FMA em conformidade com os Salesianos. Em 2011, em nova edição do evento, tratou-se da articulação para ganho de força e visibilidade enquanto RESAS FMA. Por sua vez, o encontro de 2012 pautou a construção do planejamento estratégico da RESAS FMA e a formação da equipe técnica nacional.

O planejamento prospectou quatro macros objetivos estratégicos, a saber: trabalho em rede, formação continuada, missão educativa e sustentabilidade. Ainda no processo de sua elaboração, realizou-se o encontro da RESAS FMA de 2013, onde foi apresentado e estudado o documento de planejamento estratégico, assim como decidido pela adoção do nome RESAS. Nesse encontro também foram definidos como encaminhamentos a apresentação da caminhada da RESAS na Conferência Interinspetorial do Brasil (CIB), bem como a elaboração dos documentos para o financiamento de projetos de ação social das inspetorias FMA pela CIB.

No Encontro no ano de 2014 foi apresentado o documento final do Planejamento Estratégico da RESAS FMA, prévio à exposição na Assembleia da CIB.

Cabe por fim destacar, que nas edições do Encontro Nacional da Rede Salesiana de Ação Social – ENRESAS, organizado pelos SDB, houve sempre a participação de um grupo de representantes das FMA.

1.3. *A Rede Salesiana Brasil (RSB)*

A RSE, embora tenha nascido desde o início com a participação de salesianos e salesianas, sua personalidade jurídica ficou vinculada à Conferência das Inspetorias dos Salesianos de Dom Bosco no Brasil – CISBRASIL. Somente no ano de 2012 deu-se início à criação de uma nova personalidade jurídica que unisse na sua diretoria religiosos e religiosas, SDB e FMA, e que acolhesse a Rede Salesiana de Escolas. Nasce então a Rede Salesiana Brasil – RSB.

O novo espaço de articulação da ação de salesianos e salesianas nascido como RSB, logo se apresentou também como uma oportunidade para a união da RESAS SDB com a RESAS FMA. Na Assembleia Geral Extraordinária da Rede Salesiana Brasil (RSB) de 22/11/2013 e na Assembleia Geral Ordinária de 23/04/2014, respectivamente, foi aprovado o Projeto 02/2014 (“Implementação da Rede de Ação

Social – RESAS sob a RSB”), envolvendo a ação social dos Salesianos de Dom Bosco e das Filhas de Maria Auxiliadora no país. Foi designado também o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela implementação do projeto: o Padre Diego Vanzetta (Inspetor da Inspetoria Salesiana do Nordeste do Brasil, referência para a RESAS SDB, a Irmã Francisca Dias Pereira (Inspetora FMA da Inspetoria Laura Vicuña, referência para a RESAS FMA, o Padre Agnaldo Soares Lima (Coordenador nacional da RESAS SDB e a Irmã Sílvia Aparecida da Silva (Coordenadora nacional da RESAS FMA).

Na Assembleia Geral Extraordinária de 26/11/2014 foi definitivamente selada a RSB-Social unindo as Redes de Ação Social dos salesianos e salesianas, compondo um conjunto de aproximadamente 120 obras ou presenças em todo o território brasileiro.

É importante precisarmos que mais do que falarmos de Rede Salesiana de Ação Social, o correto é falarmos da Rede Salesiana Brasil, como a grande articulação e integração dos Salesianos e das Salesianas, qualificando e potencializando a Missão Educativo Pastoral realizada pelos filhos e filhas de Dom Bosco e de Madre Mazzarello no território brasileiro. O objetivo de educar e evangelizar, realizado por meio de uma ação conjunta e em rede, acontece sob o viés da Escola, sob o viés da Ação Social e, mais recentemente, também no viés da Comunicação, a mais nova articulação dos salesianos e salesianas que se abrigou dentro do “guarda-chuva” da RSB. Assim, não há que se falar de uma Rede Salesiana de Ação Social, mas sim da grande **Rede Salesiana Brasil** no seu enfoque social, o que equivale a dizer **RSB-Social**.

2. Novos desafios para uma ação social eficaz

Numa sociedade em constante transformação econômico-social e com mudanças rápidas advindas a partir das novas tecnologias, incidindo no comportamento e nas relações entre pessoas e grupos, há que se considerar que seja natural e até mesmo necessária e salutar a adequação das Instituições que atuam na esfera social.

Com práticas consolidadas ao longo de dezenas de anos de trabalhos feitos com esmero e dedicação, de forma gratuita e voluntária, as organizações civis nem sempre tem a facilidade de rever seu modelo enquanto organização, programas e formas de atuação, métodos e técnicas adotados no cotidiano de suas práticas. Tal necessidade se faz, porém, sempre mais premente para que o bem produzido e os relevantes serviços prestados na vida das pessoas e, por consequência, para a sociedade em geral, permaneçam e mantenham sua eficácia.

Alguns fatores, como os que veremos a seguir, impulsionam e exigem mudanças às quais a RSB-Social ao se constituir como rede e, até mesmo, para efetivamente se articular e se integrar como tal, fazem com que sinta a necessidade de repensar sua forma de se organizar e de atuar. São, com certeza, desafios que incidem na qualidade da ação educativa, na sua eficácia social, mas também na significatividade do seu escopo maior contido no objetivo pastoral de todo trabalho salesiano.

2.1. *O contexto do crescimento (diversidade) e do avanço (capilaridade) das Políticas Públicas*

O Brasil, que até um passado recente não apenas figurava entre os países sub-desenvolvidos e do terceiro mundo, mas amargava índices de miséria, fome, mortalidade infantil, falta de acesso à educação, déficits habitacionais e tantos outros problemas sociais típicos das nações assim classificadas, tem dado importantes passos para reverter tal condição. As políticas sociais implantadas nos últimos doze anos melhoraram significativamente os índices do país no que tange a melhorias na economia e na condição de vida da população.

Alguns fatores foram decisivos para as transformações pelas quais o país tem passado e se refletem diretamente na qualidade e na forma como são organizadas as políticas públicas e, concomitantemente no papel e no modelo de serviços prestados pelas organizações sociais administradas pela sociedade civil. Entre diferentes fatores destacamos o social reconhecido como direito e não mais como favor, em especial no campo da infância e da juventude, bem como a implantação de importantes políticas públicas em decorrência dos direitos reconhecidos.

O crescimento na diversidade de políticas públicas ofertadas no campo social, na educação e na saúde, bem como o aumento na oferta dessas mesmas políticas imprimindo-lhes maior capilaridade para que cheguem sempre mais em todas regiões e abracem um maior número daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade é um processo difícil e longo, mas que vem se fazendo sentir de forma positiva no atual contexto do país. Tal avanço propicia mudanças importante no quadro das demandas enquanto expande os serviços e aumenta o número de beneficiados. As instituições sociais de caráter privado e filantrópico, que muitas vezes eram as únicas ofertantes de muitos dos atendimentos que chegavam às populações carentes, tornam-se aos poucos coadjuvantes nesse processo.

2.2. *O social como direito*

A Constituição Federal de 1988 e, no campo da infância e da adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8069 de 1990, foram não apenas importantes marcos legais na situação jurídica do Brasil e da infância, mas têm sido determinantes para as mudanças sociais pelas quais vem passando o país.

No bojo dessas novas legislações o princípio que com certeza mais contribuiu para as mudanças que se tem alcançado foi o entendimento de que assegurar promoção e proteção social não é um favor que o Estado presta aos cidadãos, sobremaneira às novas gerações, mas trata-se de assegurar direitos fundamentais. No período que antecedeu tais mudanças muitas das políticas sociais eram confiadas à iniciativa particular, em geral entidades de caráter religioso e prestadoras de serviços de caridade, ou eram confiadas às Primeiras Damas, responsáveis pelos Fundos beneficentes de Solidariedade. Tudo o que se fazia em benefício das classes menos favorecidas e/

ou grupos de excluídos ou marginalizados dentro do tecido social, era visto como benemerência, ato de generosidade ou de bondade de setores da sociedade civil ou mesmo do Poder Público.

2.3. Alguns exemplos de políticas públicas

Acesso ao ensino público, vagas em creches, ações de atividades complementares à escola, formação profissional, atividades lúdicas, recreativas e culturais, benefícios como cestas básicas para assegurar alimentação aos desprovidos de condições mínimas para tal, acesso gratuito ao serviço de saúde, e tantas outras coisas, eram benefícios que alcançavam poucos privilegiados que conseguiam o atendimento de alguma “Instituição de Caridade” ou eram atingidos em algum momento pelos poucos serviços oferecidos pela Assistência Social do Poder Público (nas três esferas) ou capitaneadas pelas esposas de prefeitos, de governadores e de presidente, as chamadas primeiras damas.

Defender em lei e, ao mesmo tempo, despertar a consciência dos cidadãos de que escola, creche, profissionalização, atividades culturais e/ou recreativas, alimentação, saneamento básico, serviços de saúde e tantos outros benefícios sociais são direitos e, como tal, devem ser ofertados com qualidade e favorecendo o acesso de todos, exigiu dos governos que todos esses atendimentos e serviços passassem a ser tratados como política pública e política de Estado e não política de governo³.

A afirmação e a garantia em pressupostos legais como a Constituição Federal e o ECA, e a mobilização social, fez com que o Estado Brasileiro passasse a ter de garantir vagas escolares para todas as crianças e adolescentes. Serviços de creche que estavam vinculados à assistência social e beneficiavam apenas mães que trabalhavam fora de casa e não tinham com quem deixar seus filhos, hoje são reconhecidos como direito à educação infantil. Nos casos em que tal serviço não seja disponibilizado, o recurso ao Ministério Público dispara ações civis públicas que obrigam gestores municipais a assegurar vagas para todas as mães que demandam tal atendimento.

A profissionalização, ainda em menor escala, tem aumentado a oferta de vagas para os adolescentes e os jovens. Programa de complementação de renda se pautam por critérios objetivos e que abrem possibilidade de acesso a todos que necessitam de tais serviços. O chamado Sistema Único de Saúde (SUS), porquanto oferece muitas vezes serviços de má qualidade ou insuficientes em algumas regiões ou estabelecimentos públicos, é ofertado para todo e qualquer cidadão, inclusive estrangeiros que estejam no país. Mais recentemente, a oferta da educação deve avançar para o atendimento em tempo integral, o que é incentivado com maiores repasses de recursos financeiros por parte do governo federal para os municípios que começam a

³ Por política pública e política de Estado entende-se aqueles programas que são assegurados em lei e que, independente do governante deve ser mantido. Política de governo são programas executados como parte dos compromissos de um determinado partido ou candidato e que, de uma forma geral, duram enquanto esses se mantêm no poder.

executar tal política, fazendo crescer a oferta de atividades esportivas e culturais para um maior número de crianças no contraturno escolar.

O fortalecimento da família, novos modelos de acolhimento familiar para crianças e adolescentes desassistidos por suas famílias, o incentivo à guarda e à adoção, tendem a diminuir cada vez mais os programas de acolhimento institucional ofertado secularmente pelas Instituições religiosas e de caridade.

Num cenário como o descrito acima, onde o Poder Público assegura cada vez mais políticas públicas como direitos universais, ainda que com limites no que tange à qualidade e, em alguns casos, com um número insuficiente de vagas, torna-se fato que o incentivo financeiro às organizações filantrópicas por meio do repasse de recursos e/ou a celebração de convênios socioassistenciais, decresce cada dia mais.

Organizar-se e articular-se como rede no atual contexto e nas perspectivas futuras que se apresentam, requer da atuação das Organizações Sociais filantrópicas – entre essas as salesianas – um repensar quanto ao seu espaço e papel no novo momento social que se apresenta. Muitas dessas organizações, com forte dependência dos recursos financeiros de origem pública, começam a se sentir abaladas em suas estruturas, perdem as referências e se lamentam pelos grupos de assistidos que estão deixando ou deverão deixar de acolher. Não conseguem perceber que a mudança no campo da garantia dos direitos e da implantação das políticas públicas se faz necessária e urgente. O problema não são os cem, duzentos ou trezentos que deixaremos de assistir pela falta de recursos, mas trata-se de olhar para os milhares que permanecem desassistidos e que agora poderão, com maior facilidade, ter acesso aos serviços de que necessitam e, por consequência, seus direitos assegurados.

2.4. Novos Estatutos Legais

Mover-se como instituições sociais num cenário de mudanças advindas por um novo contexto e por uma nova forma de gestão social por parte do Poder Público, não implica apenas em repensar as formas de financiamentos e o modo de organizar-se, mas também o adequar-se aos novos Estatutos Legais emanados de tempos em tempos pelos governantes, sobremaneira no âmbito do Governo Federal.

São algumas dessas recentes legislações que orientam ou mesmo determinam condições para as Instituições Sociais e seus programas, as que seguem:

- Lei Federal nº 8742, de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social: dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- Lei Federal 12.101, de 2009 – Lei das Entidades Beneficentes de Assistência Social: dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

- Lei Federal 9790, de 1999 – Lei da OSCIP: dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências;
- Lei Federal 13.019, de 2014 – Lei das Parcerias Voluntárias: estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;
- Resolução nº 109, de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Há ainda outras leis estaduais, municipais e resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas três esferas (Nacional, Estadual e Municipal), que trazem exigências específicas.

3. Um novo modo de nos articularmos como rede

3.1. A necessidade de articular-se como rede

O empenho para articular-se como rede, da parte dos salesianos desde 2005 e das salesianas desde 2009, constituiu-se sobretudo por um processo de busca para encontrar formas de fortalecimento, de qualificação e de sustentabilidade do trabalho social realizado pelas múltiplas presenças em todo o Brasil. As mudanças ocorridas no contexto sociopolítico, já mencionadas, os novos desafios impostos pelos avanços da tecnologia e modelos culturais passaram a exigir de todas as Instituições uma atuação de forma mais articulada e integrada como caminho de eficiência e eficácia.

As Entidades Sociais não apenas não fazem exceção a essa regra, mas, até pelo seu caráter filantrópico – que as leva a conviver com o desafio de oferecer às pessoas e à sociedade, de modo geral, aquilo de que precisam e não o que necessariamente querem⁴ – devem se unir como forma de se renovar e fortalecer o trabalho e as ações que desenvolvem.

⁴ Assim se expressa a respeito o consultor de empresas Stephen Kanitz: “Um outro grupo de empreendimento vai além, devota 100% de suas energias, dinheiro e organização para produzir o que a sociedade precisa. São as entidades beneficentes, que ao longo destes anos adquiriram competência e técnicas organizacionais que seriam de muita valia para as empresas. Quão mais fácil seria, por exemplo, para os Alcoólatras Anônimos vender pinga a seus associados, do que a abstinência? Quão mais fácil seria colocar um *outdoor* vendendo bebida com mulheres sensuais do que angariar fundos filantrópicos? Quão mais fácil seria para a Igreja Católica ceder às pressões

A atuação em rede torna-se fundamental no campo social pelo fato de que as demandas apresentadas pelos destinatários das ações de caráter social são, de um modo geral, de cunhos diversificados e complexos. A criança, o adolescente e suas famílias, expostos ao risco ou à exclusão social, via de regra, sofrem com problemas que dizem respeito à educação, à saúde, à assistência social, à falta de oportunidades no campo da cultura, do lazer, do trabalho, entre tantas outras necessidades.

Responder a tais demandas, de forma concomitante e capaz de ofertar apoio efetivo e soluções consistentes, não é tarefa que uma única instituição consegue dar conta em um território. Criar mecanismos para integrar e articular seus projetos e suas ações, em diferentes áreas de atuação, constitui-se como uma necessidade e uma forma de vencer a tentação das chamadas instituições totais⁵, mais difíceis de serem mantidas e pouco convenientes como proposta em um novo paradigma de atenção social.

Se a construção de rede no âmbito local é uma necessidade entre as diversas Entidades Sociais presentes em um mesmo território, operar de igual forma entre as presenças salesianas dispersas por diferentes localidades e regiões do país, não se constitui um fator de menor relevância. Muito pelo contrário. Nesse caso, a articulação em rede é imprescindível como forma de partilhar experiências de sucesso, promover melhores processos de formação, assegurar maior visibilidade e reconhecimento Institucional, afirmar uma marca salesiana de atuação social fortemente alicerçada no Sistema Preventivo de Dom Bosco e no compromisso com a educação integral de crianças e jovens.

Atuarmos como Rede Salesiana Brasil de Ação Social, no atual contexto histórico, imprime sinergia entre as muitas e diferentes presenças de forma a assegurar maior consistência à ação educativa realizada, bem como, de forma conjunta e articulada, repensarmos o modelo de atuação vigente e as dificuldades permanentes no que tange à sustentabilidade de cada obra. Para tais questões, que envolvem o conjunto das obras, faz-se necessário encontrar também soluções comuns e partilhadas.

3.2. O desafio de articular-se como RSB-Social

Ao falarmos de RSB-Social, cabe um destaque para registrar o diferencial entre a gênese da RSE e aquela da RSB-Social e melhor compreender os desafios para essa

de mudança, oferecendo o que os fiéis querem, do que se manter leal aos seus dogmas e insistir em oferecer o que ela acha que os fiéis precisam, custe o que custar? Conseguirão os empresários obter lucro ofertando o que o consumidor precisa? Conseguirão obter lucro vendendo frangos humanamente criados, sorvetes sem aditivos químicos e morangos sem agrotóxicos? Várias experiências mostram que sim. A Superbom, empresa dirigida pela Igreja Adventista consegue ser rentável apesar de produzir sucos dentro de processos naturalistas”. STEPHEN KANITZ, Revista Veja, 28/05/1998, in http://veja.abril.com.br/270598/p_021.html em 08/01/2015.

⁵ Instituição total é aquela que controla ou busca controlar a vida dos indivíduos a ela submetidos substituindo todas as possibilidades de interação social por “alternativas” internas. O conjunto de efeitos causados pelas instituições totais nos seres humanos é chamado de institucionalização (GOFFMAN, 1999).

última. A Rede de Escolas nasce a partir do Escritório de Brasília que, apoiado pelos inspetores e inspetoras, define a política de integração da Rede. Tendo já as escolas um conjunto de elementos comuns que favorecem a articulação – Objeto/produção e transmissão de conhecimento, grade curricular, calendário, estrutura organizacional, fonte de receita, produto, legislação específica, enfoque setorial da política de educação – a integração se processa fundamentalmente por meio da elaboração e adoção dos livros didáticos da rede. Outros elementos comuns acabam se constituindo como possibilidades e/ou oportunidades de acordo com as escolhas de cada unidade escolar: adoção da propaganda, uso do modelo de uniforme escolar, participação nas ações de formação, sempre preparados e propostos pelo escritório de Brasília e submetidos à Assembleia Geral dos inspetores e das inspetoras.

No caso da Rede Salesiana de Ação Social, o primeiro registro a ser feito é o fato de que as Obras ou presenças sociais não têm como prerrogativas de alinhamento nenhum dos elementos que favorecem a integração das escolas, tendo em vista que trabalham com diferentes: objetivos, ações, contextos, estruturas, fontes de receita, modelos organizacionais, níveis de maturidade, marcos normativos, políticas setoriais envolvidas. Considerada tal peculiaridade, a gênese da rede de ação social pressupõe um trabalho de maior diálogo e aproximação das obras ou presenças sociais a fim de que se possa buscar elementos e mecanismos de aproximação. Fica clara a necessidade de uma construção de rede desenvolvida num plano horizontal, como é da natureza das redes e com um trabalho que mais do que a integração, propicie a articulação dos diferentes membros da rede entre si. Sob essa ótica o escritório de Brasília não é o responsável pela construção da rede, mas se constitui num dos pontos da rede com uma tarefa específica de ser o facilitador para promover a animação, a integração e a articulação entre os demais pontos da rede.

Outro importante registro e também fator de enriquecimento para a articulação da Rede de Ação Social é decorrente da existência preliminar de duas outras redes menores, ou seja, aquela dos salesianos e a das salesianas. Não estamos, portanto, falando de reunir obras vinculadas aos SDB e às FMA para trabalharem juntos a partir de orientações comuns. Trata-se aqui de unir dois processos de caminhada já iniciados e partilhar as riquezas de cada uma dessas redes ou desses processos e buscar no diálogo e no consenso os caminhos para uma ação conjunta e integrada com maior amplitude. De modo mais geral, muito do trabalho das FMA não estão estabelecidos dentro dos limites de uma obra, como acontece com quase a totalidade dos trabalhos salesianos. Muito da ação social desenvolvida pelas irmãs acontece por meio da presença de religiosas que vivem em uma comunidade ou mesmo uma pequena residência e atuam diretamente no contato com as famílias e a comunidade. Se apoiam em estruturas já existentes, tais como centros comunitários, e fazem consistir o próprio trabalho sobretudo na mobilização das pessoas, no fortalecimento das lideranças, na defesa de causas que propiciem a promoção das crianças e dos adolescentes que vivem na comunidade onde tais irmãs salesianas atuam de forma inserida.

3.3. *Como se articular*

O modo de se articular constitui-se como o primeiro grande desafio para uma ação integrada em rede. Como já mencionado anteriormente, quando falamos da RSB-Social, as instituições sociais encontram-se inseridas em diferentes contextos sociais, atuam com diferentes programas, buscam responder a diversificadas necessidades e públicos, possuem portes com maior ou menor robustez no que diz respeito às estruturas, às equipes, à qualificação dos profissionais e às condições de subsistência financeira. Diante desse quadro de diferenças e, por consequência, da dificuldade de encontrar caminhos de alinhamento, o primeiro movimento foi buscar nas referências da política de assistência social do governo um enquadramento⁶ para o trabalho realizado pelas presenças salesianas. Para além do fato de que tal tentativa não apenas não resolvia o problema de classificação da diversificada ação salesiana, ocorreu ainda, que se ficou restrito ao viés da assistência social, quando a missão salesiana transcende tal condição, pois somos chamados a sermos “educadores de jovens”.

A partir de tais premissas, o Escritório de Brasília da Rede de Ação Social⁷ ini-

⁶ *Resolução No 109*, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Art. 1o. Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo institucional; Casal; Casa de Passagem; Residência Inclusiva;
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

⁷ O Escritório Nacional da RSB-Social, sediado em Brasília, constitui-se como local de funcionamento da Diretoria Executiva da Rede, conta com uma equipe técnica nacional e com equipes técnicas nos Polos RSB, e tem por finalidade atuar nos moldes de um Escritório de Projetos, visando ofertar metodologias e instrumentos para a gestão da ação social salesiana em rede no Brasil, para pesquisa, desenvolvimento e inovação e para a promoção do desenvolvimento institucional da RSB-Social e de seus membros. O funcionamento da DIREX/RSB-Social, na forma de Escritório de Projetos, fortalece seu papel enquanto ponto de rede horizontal a serviço

ciou, em 2014, um processo para a construção de um novo pensar sobre a forma de nos articularmos como Rede Salesiana de Ação Social. Resgatou-se a caminhada já realizada ao longo de vários anos e trabalhou-se novos parâmetros, conforme apresentaremos a seguir.

Considerando os múltiplos contextos e realidades do território brasileiro nos quais a ação salesiana acontece e a exigência de diferentes formas de presença, de organização e de atuação verificou-se que o modo da RSB-Social se constituir como rede nacional devia ir além das características mais comuns relacionadas à identidade visual, à nomenclatura de programas ou aos tipos de instrumentos e conteúdos de formação.

Considerando os vários contextos, preservando a diversidade de respostas e respeitando as particularidades de cada presença salesiana no território, entendeu-se que duas dimensões deveriam caracterizar nacionalmente a Rede Social:

a) A Identidade Carismática Salesiana, pois orienta o modo de ser, mais do que o modo de fazer.

b) Os Compromissos Fundamentais da RSB-Social (eixos temáticos), pois na transversalidade alinham as ações da rede em todas as presenças salesianas.

Essas duas dimensões, apoiadas sobre a Pastoral Juvenil Salesiana, foram definidas para demarcar a identidade nacional da Rede Social, animando o relacionamento e a atuação integrada das presenças salesianas ao ponto de gerar sintonia entre seus trabalhos e comunhão consigo e com as demais presenças. Com isso torna-se possível apresentar a RSB-Social como uma efetiva rede a serviço da população, em especial das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de maior vulnerabilidade.

3.4. A Identidade Carismática

A compreensão que move o constituir-se como Rede, na formatação vigente, tem como primeiro pressuposto o fato de que o elemento primordial para a integração de todas as presenças e obras Salesianas é a Identidade Carismática, é o nosso “ser salesianos(as)”. O Carisma Salesiano, que é a identidade dos filhos e das filhas de Dom Bosco e de Madre Mazzarello, contém múltiplos aspectos que o caracterizam: método educativo, modo de ser e de atuar dos educadores, a qualidade do ambiente onde a ação educativa se desenvolve, o modelo de espiritualidade, dentre outras várias particularidades. Essa identidade manifesta sempre na pessoa dos destinatários (criança, adolescente, jovem), o centro do seu processo educativo-pastoral. Entre os tantos elementos que marcam o Carisma Salesiano, três foram destacados como essenciais para nosso alinhamento dentro da rede:

dos membros da RSB-Social e da ação social salesiana em rede no Brasil, bem como estabelece a dinâmica de relacionamento com as Unidades de Suporte e Animação de Rede da RSB-Social. (Do Regimento Interno da RSB-Social Artigos 67 e 68).

- *Sistema Preventivo de Dom Bosco e Direitos Humanos*: síntese maior do método educativo e da espiritualidade salesiana.
- *Educação Social*: Salesianos e salesianas são essencialmente educadores, e a educação é a base para a transformação da vida das crianças, dos adolescentes, dos jovens e da sociedade.
- *Preventividade*: educação social feita com planejamento e prospecção, que cria condições positivas capazes de se antecipar às situações de risco ou violação de direitos, despertando a força de superação que os destinatários trazem dentro de si e promovendo a transformação social. Trata-se do preventivo como criação das condições positivas para alcançar uma meta eficaz e humanamente satisfatória.

3.4.1. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco e Direitos Humanos*

O Sistema Preventivo é o método educativo de D. Bosco, vivenciado em todas as casas salesianas, presente em nossas ações educativas no cotidiano e que deve estar relacionado com a garantia dos Direitos Humanos, por uma vivência histórica e pela opção feita pela Congregação Salesiana a partir de 2008⁸.

Falar de Sistema Preventivo e Direitos Humanos coloca luz sobre a qualidade e a atualidade da proposta educativa salesiana e usa-se uma linguagem universal. Já na sua época Dom Bosco se preocupou: com a garantia dos direitos trabalhistas dos jovens; em oferecer-lhes acesso à educação formal e de qualidade; com a moderna visão do acolhimento (moradia) desenvolvido em clima de família; no cuidado com os jovens encarcerados; na oferta de profissionalização e acesso ao mercado de trabalho, entre outros.

Porquanto seja de norma a adoção do Sistema Preventivo em todo espaço salesiano, o que se quer aqui assegurar é a sua efetividade, ou seja, que esteja definido em nossos estatutos, mas sobretudo, que seja aplicado na prática em todas as propostas educativas e por todos os educadores.

A exemplo do tripé salesiano (afeto, razão e religião), outros componentes essenciais do Sistema Preventivo fazem grande diferença no resultado do trabalho educativo salesiano: a alegria, a festa, a exclusão dos castigos, a acolhida, a presença atenta dos educadores, o associacionismo, a confiança nos jovens (mesmo nos mais rebeldes), o espírito de família, e tantos outros. Tais elementos devem marcar o relacionamento entre educadores e educandos, promovendo a educação entre pares e o autocuidado entre os mesmos, propiciando uma atmosfera especial e acolhedora em

⁸ “Dom Bosco não podia falar de direitos humanos das crianças e dos adolescentes, porque não existia sequer a categoria jurídica; mas Dom Bosco foi um precursor de tantos elementos da visão da criança e do adolescente que hoje vem definida como linguagem dos direitos humanos. Assim também Dom Bosco foi um precursor de tantos elementos daquela que hoje se define educação à cidadania mundial responsável”. Pe. Pascual Chaves Villanueva, Congresso Salesiano “Sistema Preventivo e Direitos Humanos” Roma, 06/janeiro/2009, in FISTAROL, Orestes Carlinhos (Org.). *Sistema Preventivo e Direitos Humanos*. Cisbrasil - CIB, Brasília, 2011.

todo o ambiente educativo na proporção de ser percebido por qualquer pessoa que entre na obra e sinta que está em uma casa salesiana.

Assegurado pela formação de salesianos, salesianas e leigos que atuam na obra, sobretudo os novos educadores, é sob esse marco referencial que todos os espaços salesianos devem afirmar-se como partes de uma mesma identidade frente aos seus destinatários, parceiros, financiadores, gestores públicos, ou seus visitantes.

3.4.2. *A Educação Social*

O trabalho educativo salesiano tem como destinatários primeiros as classes populares: em especial crianças, adolescentes e jovens em situação de maior vulnerabilidade. Situa-se no contexto dos trabalhos sociais desenvolvidos sob a denominação de *assistência social*⁹. Vamos, porém, além, pois enquanto salesianos e salesianas somos essencialmente “educadores de jovens”¹⁰.

É dentro do enfoque da educação social que se deve orientar a ação da RSB-Social no território. A educação social e a ação social salesiana se aproximam enquanto marcados pelo objetivo social da ação, pelo público excluído ou em vulnerabilidade, pela atuação junto e a partir da comunidade, pela preocupação de transformar vidas mais do que minimizar carências. Como toda ação organizada pressupõe foco, planejamento e metas bem definidas, além de requerer um cuidadoso processo de construção de indicadores e de avaliação.

Requer a formação dos próprios educadores na *pedagogia social* para se ter profissionais capacitados e habilitados atuando nesse campo como educadores, membros ativos e comprometidos de uma comunidade educativa.

Enquanto educadores/pastores temos por base a dimensão espiritual-pastoral, intimamente relacionada com o Sistema Preventivo de Dom Bosco.

3.4.3. *A Preventividade*

Prevenir é característica determinante no método pedagógico aplicado por Dom Bosco e denominado como Sistema Preventivo.

⁹ A educação não escolar tem como trabalho central o educativo e o seu desafio maior é se diferenciar dos procedimentos metodológicos de ensino próprios do campo escolar, enquanto que a Educação Social tem como ponto forte os excluídos e como grande desafio diferenciar-se da Assistência Social (GROPPO, 2013).

¹⁰ As Constituições Salesianas repete de forma insistente o trabalho salesiano como um trabalho focado na educação: “Educamos e evangelizamos segundo um projeto de promoção integral do homem, orientado para Cristo”(art. 31); “Como educadores colaboramos com os jovens...”(art. 32); “...educamo-los para as responsabilidades morais, profissionais e sociais...”(art. 33); “... como Dom Bosco somos chamados todos e em qualquer ocasião a sermos educadores da fé.”(art. 34); “Educamos os jovens a desenvolverem a própria vocação humana e batismal...”(art. 37); “Para realizar o nosso serviço educativo e pastoral, Dom Bosco nos legou o Sistema Preventivo.”(art. 38). E ainda tantos outros. Constituições da Sociedade de São Francisco de Sales, dezembro de 1984, Editora Salesiana.

Em um contexto social permanentemente marcado pela falta de referências, pelo relativismo de valores e, não raro, pela permissividade, os jovens facilmente são arrastados para o consumismo, para o envolvimento com as drogas, com a violência, com a criminalidade e com tantos outros males que incidem sobre a infância, a adolescência e a juventude brasileiras.

Atuar na perspectiva do preventivo é, para os salesianos, um modo de levar o jovem a encontrar no ambiente educativo referências e motivações que o impulsionem a abrir-se naturalmente para o bem e a explorar suas melhores capacidades para uma socialização positiva. Preventivo significa programado, organizado, planejado, não com o foco do controle ou do autoritarismo, mas sim na ótica do prevenir para não precisar reprimir (NANI, 2013).

3.5. Os compromissos fundamentais

Face à diversidade de programas desenvolvidos em cada presença salesiana e considerando o desejo de uma ação mais voltada à comunidade e, portanto, com um olhar orientado para o externo das nossas estruturas, mais do que ao seu interno, pensou-se, como uma segunda dimensão para articulação e integração da rede em seis compromissos ou eixos temáticos. Entre diversos outros possíveis, entendeu-se, no presente momento, serem esses fundamentais para a qualificação e a incidência da ação salesiana em favor de crianças, de adolescentes e de jovens em cada localidade. Cada obra, cada instituição mantém seus programas, mas orienta suas energias para ações que incidam na realidade de forma mais abrangente e com maior potencial de transformação.

A RSB-Social assume, então, como compromissos fundamentais a partir dos quais desenvolver seu trabalho educativo e mobilizar a sociedade para a transformação da realidade, os seguintes eixos:

- *Promoção dos direitos da criança e do adolescente*¹¹: compromisso de gerar os

¹¹ Temos a Constituição Federal de 1988, temos a Lei Federal 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e vários outros instrumentos legais... o Brasil reconhece a condição cidadã de crianças e adolescentes como sujeitos de direito a quem se destina prioridade absoluta por parte da família, do Estado e da sociedade visando a promoção, a proteção e a defesa dos seus direitos.

A previsão legal não é e não tem sido suficiente para assegurar a proteção e a garantia dos direitos fundamentais a todas as crianças, adolescentes e jovens. Muitos encontram-se à margem das oportunidades e das possibilidades que deveriam ser asseguradas, junto com suas famílias ou, por vezes, vivendo afastados destas. Em uma perspectiva salesiana, de não apenas trabalhar para a inclusão dos que foram deixados para trás, mas, sobretudo buscando evitar que outros venham a ampliar esse contingente, somos impelidos a nos tornar porta-vozes e símbolos das transformações que se fazem necessárias e que devem envolver todos os atores sociais, para que todos os direitos sejam garantidos para todos.

No Brasil, a presença salesiana (salesianos, salesianas e leigos ligados ao carisma) na construção do ECA, na implantação e no funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do

melhores e mais consistentes esforços para assegurar o respeito e a efetivação ao Estatuto da Criança e do Adolescente¹², ao Estatuto da Juventude, às leis que dele emanam e aos demais marcos normativos nacionais e internacionais que os complementam. Compromisso de afirmar que somente por meio deles será possível construir e manter uma sociedade justa, pacífica, solidária e com oportunidades iguais para todos. Cabe destacar aqui que quase a totalidade das nossas obras possuem assento nos Conselhos Setoriais¹³ que atuam pela implementação das políticas públicas em prol da infância e da juventude. Assegurar o bom funcionamento desses conselhos é fundamental para o bom êxito na implantação e na execução dessas mesmas políticas.

- *Gestão social e atuação em rede*¹⁴: compromisso com um novo paradigma de gestão na área social: colaborativo e centrado na pessoa humana; praticado para superar diferentes formas de pobreza e exclusão; orientado para o de-

Adolescente, na atuação e na articulação de políticas públicas vem acontecendo desde sua origem, marcando a atuação salesiana no chamado Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Há que se fazer agora, dessa bandeira, uma causa que marque todas as presenças e engaje toda a RSB-SOCIAL em uma plataforma proativa de revitalização desses espaços, enquanto compromisso de salvaguarda dos direitos de crianças, de adolescentes e de jovens brasileiros.

¹² Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8069/90, e consiste na legislação específica do Estado Brasileiro que regulamenta o paradigma da proteção integral preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) e no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

¹³ Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal). In: <http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp> em 08/01/2015

¹⁴ A sociedade brasileira vem assistindo a expansão do processo de implantação, organização e fortalecimento das políticas públicas voltadas à população de um modo geral, com destaque para a área da infância e da juventude. O Poder Público amplia a oferta de programas para a redução da pobreza, para o acesso à educação e à saúde e a tantos outros serviços essenciais ao cidadão, advindos da Constituição de 1988. Conseguir que tais programas atinjam 100% da população é, por certo, uma meta que o Brasil está longe de alcançar.

Há que se ter uma preocupação de igual ou maior importância sobre o como garantir a efetividade dessas mesmas políticas, assegurar que estas cheguem de fato ao sujeito de direitos no território.

Ao serem contemplados ora por uma, ora por outra política, os cidadãos que vivem a exclusão social e acessam as oportunidades do Estado de forma desarticulada, não garantem a superação da condição de vulnerabilidade em que se encontram.

Falta a ação em REDE como um trabalho integrado e articulado, onde diferentes parceiros atuam conhecendo a fundo as ações e as possibilidades próprias e dos demais, com mecanismos permanentes de comunicação e bem elaborados protocolos de cooperação, onde se asseguram ações concomitantes e complementares das áreas temáticas e instituições que a compõem.

É fundamental assumir que a rede articulada e integrada é meta essencial para a superação da exclusão social e para a promoção dos direitos das pessoas marginalizadas. Promover o engajamento da rede e o enfoque da gestão social é a segunda bandeira que a RSB-Social assume.

envolvimento integral do indivíduo; articulando as políticas públicas. Deve ser baseado em metodologias e abordagens específicas ou ressignificadas para a área social. Deve direcionar e manter o foco do trabalho da organização na superação das causas que geram os problemas sociais e os efeitos que deles emanam e não na administração destes problemas para conservar o funcionamento da organização. Deve demonstrar a ação social salesiana em rede como um projeto inspirador, que contribui de forma inovadora e efetiva para o desenvolvimento integral da juventude.

- *Fortalecimento da família*¹⁵: compromisso de zelar pela família enquanto comunidade educativa de virtudes, ponto de partida e referência primordial da ação educativa salesiana ao longo do processo de formação pessoal e comunitária. Compromisso em compreender e acolher as atuais realidades familiares, em sintonia com as orientações da Igreja, para promover e apoiar o desenvolvimento integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, acompanhando meninos e meninas ao longo do curso da vida com uma visão de família, em comunhão com os valores cristãos e o carisma salesiano.
- *Ação socioeducativa de resultados*¹⁶: Compromisso de educar as crianças, os

¹⁵ Não há dúvidas a respeito da necessidade do envolvimento da família enquanto partícipe do processo educativo, ainda que como núcleo a ser fortalecido para que tal processo aconteça. A família deve sempre fazer parte da atenção das instituições e dos programas que dirigem sua atuação para o desenvolvimento da cidadania de crianças, adolescentes e jovens.

Mesmo que se traga de forma permanente a referência familiar às discussões sobre o planejamento e a execução de estratégias de enfrentamento às demandas sociais que incidem sobre crianças e adolescentes, com raras exceções os programas sociais, que não estão de forma específica e direta voltados para a família, apresentam projetos consistentes de trabalhos com pais e/ou responsáveis. Via de regra as ações previstas se restringem a reuniões periódicas, ao convite para participarem de promoções e eventos festivos, ofertas de algum tipo de curso com ou sem objetivo de geração de renda.

Nesse sentido, a RSB-SOCIAL assume o fortalecimento da família como uma de suas bandeiras, advogando pela construção de modelos de aproximação, relacionamento e ação com elas.

¹⁶ O trabalho de Dom Bosco tem início no contato com os jovens das prisões de Turim. Perderem atrás das grades suas melhores energias e encontrarem-se ali “fermentando” sentimentos e atitudes que os levaria a tornarem-se pessoas humanas piores em relação a como haviam ali chegado são fatos que não passaram despercebidos ao santo da juventude. Essa condição tão pouco fez com que Dom Bosco considerasse esses jovens “caso perdido” ou concentrasse sua dedicação apenas àqueles que estavam distantes desse cenário.

Consciente de que “*em todo jovem, mesmo no mais rebelde, há sempre um ponto acessível ao bem*”, Dom Bosco também quer encontrar neles “*a corda sensível do coração*”. Direciona seus esforços para que outros jovens não caiam nas prisões, mas, ao mesmo tempo, investe naqueles que de lá saem, para que não retornem. Ele sabe que são jovens, novos e ainda cheios de vida, com um grande potencial para o bem. Necessitam “apenas de quem os ajude, redirecione-os socialmente e os auxilie com a formação religiosa”.

Até alguns anos, obras salesianas em diferentes inspetorias assumiram trabalhos voltados ao acompanhamento da execução de medidas socioeducativas: internação, semiliberdade e, principalmente, medidas de meio aberto. A necessidade de que a atuação nesse campo se dê por meio de políticas públicas e, em determinadas situações, sob a responsabilidade direta do Estado, trou-

adolescentes e os jovens na sociedade, em sociedade e para a sociedade, com ênfase no autocuidado, na educação de pares e na preventividade. Compromisso de intensificar a missão educativo-pastoral salesiana, em parceria com o Estado e a sociedade para gerar comportamentos sustentados em virtudes cristãs. Compromisso de alcançar, acolher e promover a dignidade dos adolescentes e jovens que se encontram expostos aos riscos ou que são autores de atos infracionais, inspirando-se na inteligência e na audácia que Dom Bosco revelou quando, no seu tempo, dedicou-se a estes sujeitos de direito. Compromisso de apoiar adolescentes e jovens em processos de socioeducação e escolhas de vida saudáveis, prevenindo a exclusão e o seu deslocamento para as margens do Sistema de Garantia de Direitos, das políticas públicas e da sociedade.

- *Construção de competências das novas gerações para a vida*¹⁷: compromisso de promover o desenvolvimento integral das novas gerações, apoiar seu envolvimento proativo no cotidiano pessoal (promovendo o autocuidado), no cotidiano de sua comunidade (promovendo a educação de pares) e na vida de seu país (promovendo sua cidadania plena). Compromisso de fomentar o protagonismo juvenil, incentivar a visão crítica e a corresponsabilidade. Compromisso com a construção e o amadurecimento de competências da juventude

xe o encerramento de boa parte desses programas administrados pelos salesianos.

As mudanças ocorridas no contexto da condução da política do chamado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), à luz do que refletimos acima, não desobriga a RSB-Social das preocupações e da atitude proativa frente aos jovens que cumprem medidas socioeducativas nas instituições públicas do Estado. Tão pouco exige a Rede de enfrentar a problemática do envolvimento de jovens com o crescente fenômeno da violência. Vários destes jovens não chegam ao Sistema de Justiça, tão pouco a serem inseridos no SINASE. Entretanto, nem por isso deixam de viver uma profunda situação de vulnerabilidade e a exporem a sociedade ao risco de um modo geral.

Nessa perspectiva, os salesianos devem assumir que a preocupação com a violência que envolve a juventude, as constantes propostas de redução da maioria penal, a efetiva implantação e execução do SINASE, a crescente disseminação das drogas, a dificuldade das famílias conseguirem orientar adequadamente seus filhos, não podem ficar fora de uma especial atenção por parte da RSB-Social.

¹⁷ A causa que mobiliza e dá sentido à existência e à atuação da RSB-Social é *apostar nas competências das crianças, dos adolescentes e dos jovens para a transformação positiva da sociedade*.

Afirmar a crença e a confiança na capacidade das novas gerações transformarem a sociedade está no “DNA” salesiano. Dom Bosco empenhou nessa aposta todas as suas energias. Tinha consciência de que somente por meio da educação da juventude seria possível renovar a sociedade. Mais do que isso: ele acreditava no envolvimento direto dos jovens nesse processo educativo. Ele queria jovens educando jovens.

É dever da RSB-Social e deve ser da sociedade compreender que apostar na força transformadora que os jovens representam e possuem, significa também orientá-los e apoiá-los no processo de desenvolvimento pessoal e comunitário. Na construção desse processo, a opção que aqui se faz é a de se investir na formação de competências, mais do que traçar um itinerário formativo predefinido.

para a vida (conhecer, saber fazer e tomar atitudes) assegurando-lhes apoio para suas escolhas de vida e condições favoráveis para desenvolver harmoniosamente as próprias aptidões e qualidades físicas, morais, intelectuais e espirituais, que constituem a pessoa humana em sua integralidade.

- *Cooperação para o desenvolvimento com enfoque social*¹⁸: compromisso de mobilizar e tecer redes de solidariedade entre comunidades educativas, a Família Salesiana e demais forças educativas que, na forma de pessoas ou de organizações eclesiais, civis ou do Estado, impulsionam projetos concretos de desenvolvimento integral da pessoa humana a partir do território. Concepção do verdadeiro desenvolvimento como um processo de passagem, para cada um e para todos, de condições menos humanas para condições mais humanas, onde o humano é sempre medido com base na perspectiva cristã (cf. Paulo VI, *Populorum Progressio*). Desenvolvimento como um processo multidimensional, sustentável e de fortalecimento contínuo das comunidades, a partir do território, para ampliação progressiva das possibilidades de escolha e de bem-viver das pessoas.

4. A mudança de paradigma para uma resposta salesiana atual

O empenho para articular a ação das Instituições Salesianas no Brasil visando um trabalho em Rede, não se constitui nesse momento apenas como um esforço de maior aproximação e integração das diferentes obras e presenças através das quais atuam Salesianos e Salesianas. De forma concomitante busca-se também repensar um modelo de atuação com vistas a tornar mais atual e mais eficaz a grande energia e os recursos investidos na missão educativa salesiana. Trata-se da construção de um novo paradigma a orientar a resposta carismática no atual contexto sociopolítico e cultural pelo qual o país atravessa. Dar continuidade à missão de Dom Bosco traz como exigência natural a adequação ao momento presente. Foi assim que Dom Bosco atuou buscando responder aos desafios do seu tempo e é assim que precisamos atuar hoje.

¹⁸ Conceber e aplicar alternativas aos desafios sociais contemporâneos é um processo que deve ser fundamentado na atuação coletiva, que envolva múltiplos setores institucionais (governo, iniciativa privada, organizações não governamentais, famílias, dentre outras) e áreas temáticas (saúde, educação, segurança, assistência social, transporte, economia, comunicação, dentre outros). Os desafios contemporâneos são de natureza complexa e exigem a prospecção de alternativas igualmente abertas e flexíveis para respondê-los.

Em tempos de novos modelos de organização e vida em sociedade, temos de assumir o compromisso de promover sinergia, fortalecendo o tecido social e expandindo as fronteiras do conhecimento e das experiências éticas em favor do bem estar da sociedade (RSB, 2015).

4.1. *Ação no território*

Uma primeira mudança de enfoque no trabalho, conforme já mencionado anteriormente, se dá na perspectiva do desenvolvimento da ação que se desloca do olhar para o interno da obra e avança para o território. De forma prática isto significa dizer que deixamos de ser predominantemente uma instituição que acolhe crianças, adolescentes e jovens que adentram os seus muros para participar de diferentes atividades e receber propostas formativas humano-cristãs, para irmos ao encontro desses mesmos destinatários nos locais onde eles se encontram. Não se trata, naturalmente, de um simples alargamento dos nossos horizontes, mas sim de toda uma mudança de postura, de mentalidade e de um novo modo de orientar nossa ação educativa.

Via de regra, estabelecemos programas e definimos cursos de acordo com as necessidades que acreditamos sejam aquelas dos nossos destinatários ou as que nossas estruturas – já sedimentadas por tantos anos de funcionamento – nos permitem oferecer. Ainda que prestando um relevante serviço e realizando um grande bem, o impacto do trabalho se limita à pessoa da criança ou do jovem que participa das atividades e cursos ofertados pela obra salesiana. Diferentemente é olhar essa mesma criança ou jovem no contexto da comunidade na qual está inserido, avaliar com eles, com as famílias, e outros moradores da comunidade, quais as necessidades do território e dos que ali vivem, que problemas identificam e quais as possíveis alternativas de solução, que parceiros podem ser mobilizados, quais as forças locais presentes.

Somente a partir de um diagnóstico da realidade local é que se define o projeto a ser executado, buscam-se os parceiros a serem mobilizados e apoiadores dispostos a investirem seus recursos para a transformação da realidade local. Nesse modelo de ação o “espaço salesiano” passa a se constituir como o local de referência para o encontro e a convivência da comunidade, como a base de apoio para a mobilização necessária dos envolvidos no projeto, como um centro de articulação e formação dos adolescentes e jovens chamados a serem protagonistas da transformação que devem ajudar a fazer acontecer.

Numa ação educativa desenvolvida dessa forma o foco não será, por exemplo, profissionalizar o adolescente ou o jovem para que depois ele vá atuar no mercado de trabalho e, por consequência, consiga a vir a transformar sua vida e a de sua família. Trata-se de capacitá-lo e levá-lo a adquirir novos conhecimentos, competências e habilidades enquanto participa no desenvolvimento da proposta definida com a comunidade e realizada em prol dela mesma.

4.2. *Ação transformadora*

Uma outra característica importante como mudança de paradigma é o caráter transformador que se imprime ao trabalho a ser realizado. Mais do que uma ação pontual incidindo na vida do destinatário para que outras mudanças ocorram como consequência, nesta nova perspectiva de atuação todo o conjunto do trabalho a ser realizado seja no seu planejamento, na sua organização e na sua realização, tem já um

enfoque muito claro quanto ao propósito de executar uma ação com caráter transformador. Ao ser orientado e apoiado para se transformar e se tornar um agente de transformação, adolescentes e jovens se preparam para a vida, auxiliam suas famílias e comunidades na construção de uma nova realidade.

Um trabalho com essa perspectiva pressupõe um bom conhecimento da realidade, uma análise das mudanças necessárias e que se quer efetuar para uma nova condição de vida dos destinatários e da comunidade e uma clara definição das estratégias a serem adotadas para que se possa alcançar os objetivos propostos.

Entende-se aqui por ação transformadora aquela que transcende o foco no problema particular dos indivíduos para olhar de forma mais abrangente o problema social que envolve a vida dos indivíduos articulando mudanças que aportam melhorias para as pessoas a partir das transformações operadas na comunidade. Em outras palavras, marca determinante desse modelo de atuação é visar mais as condições de vida do sujeito do que o seu agir, é desenvolver ações que foquem os problemas relacionados às políticas públicas de saúde, de moradia, de transporte, de educação, etc.

O trabalho da Entidade numa ação transformadora não é a de ofertante de um serviço, mas sim o de animadora de um processo que tem como sujeitos e destinatários da ação toda a comunidade que é envolvida numa ação compartilhada.

São elementos fundamentais para uma ação transformadora: conhecimento e a compreensão dos problemas; identificação do problema a ser enfrentado e definido como objetivo ou meta; capacidade de usar as técnicas e os recursos adequados para alcançar os resultados almejados; comprometimento nos valores e nas atitudes de todos os envolvidos; estabelecer capacidade de entender o problema social, metodologias e processos de avaliação.

4.3. Alcançando um maior número de crianças e jovens

Ao se realizar uma ação abrindo as portas da estrutura salesiana para acolher crianças, adolescentes e jovens para participarem de atividades e cursos dentro do espaço salesiano, nos deparamos com um limite na capacidade de atendimento definido pela dimensão dos nossos espaços (número de salas e oficinas), pela nossa capacidade financeira, pelo número de profissionais que conseguirmos dispor, contratar. Atendemos um número significativo de destinatários, mas sempre muito inferior à demanda que ocupa nossas listas de espera e menor ainda em relação ao número dos que no território necessitariam do atendimento e do acompanhamento ofertados.

Abrir-se para uma ação no território e para apoiar melhorias na execução das políticas públicas propicia maior abrangência no número dos beneficiários. A melhor forma de compreendermos o que aqui se quer descrever é acompanhar o exemplo da Obra Social Salesiana Santa Clara, que funciona na cidade de Campos do Jordão, interior de São Paulo.

Com uma bela e ampla estrutura física, até o ano 2000 atendíamos diretamente e diariamente uma média de 200 crianças e adolescentes com ações complementares à escola, assumindo as responsabilidades financeiras com alimentação (um lanche e

um almoço), com material pedagógico e com o salário de um grupo de 10 profissionais. A Inspeção Salesiana de São Paulo era responsável pelo maior volume de recursos investidos e uma pequena parcela vinha de convênios com a Prefeitura e o Estado.

A partir do ano de 2001, ocorreu uma grande mudança na execução das ações educativas ofertadas pela Obra Social Santa Clara. Uma parceria com a Prefeitura Municipal fez com que colocássemos à disposição do Município toda nossa infraestrutura, passamos a atender 350 crianças e adolescentes diariamente nas mesmas ações complementares à escola. Os custos com alimentação e materiais pedagógicos passaram a ser sustentados pela Municipalidade via Secretaria de Educação. Dessa mesma Secretaria provêm os educadores, professores e coordenadores que desenvolvem as atividades todas com os alunos que participam do programa. Da parte dos Salesianos participamos com duas profissionais – uma assistente social como coordenadora e uma auxiliar de coordenação – que respondem pelo tom Salesiano do trabalho: atividades de pastoral, formação pedagógica dos educadores dentro do Sistema Preventivo de Dom Bosco, acompanhamento geral da parceria estabelecida com a Prefeitura.

A qualidade do Programa e a capacitação dos profissionais – hoje em número de quase 60 – dentro do método educativo salesiano, tornou-se de tal forma significativa nos resultados, que a Secretaria de Educação passou a incentivar outros professores, que não atuam na Obra Social Santa Clara, para que participem dos encontros de formação salesiana ofertados. Essa participação assegura pontuação no currículo dos professores que se interessassem pela proposta. Foi o primeiro passo. O segundo, mais interessante, é a participação de todos os profissionais da rede municipal de educação (professores, monitores, equipes de serviços, coordenadores pedagógicos, supervisores e diretores), num total de mais de novecentos participantes, no “I Seminário Municipal de Educação Salesiana - Sistema Preventivo”, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2015.

Não há dúvida de que com dois profissionais leigos, a assistente social e sua auxiliar, salesianamente preparados, conseguimos hoje atingir com o método educativo salesiano um número muito maior de profissionais e, por consequência, um número infinitamente maior de crianças e jovens de todo o Município de Campos do Jordão. É deste modo que queremos expandir a ação e os benefícios da Rede Salesiana Brasil de Ação Social.

5. O viés da pastoral na ação social (limites e possibilidades)

A ação pastoral dentro dos espaços salesianos é sempre um grande desafio, seja dentro das escolas, das obras sociais, das universidades e até mesmo no ambiente paroquial. Conseguir incidência no que deve dar sentido à Missão Educativo-Pastoral Salesiana não é tarefa fácil mesmo nos ambientes educativos onde temos grande autonomia, como o da educação formal, quanto mais naquele da ação social, onde o caráter predominante da filantropia e as parcerias governamentais nos impedem

qualquer proposta que possam entender como proselitismo religioso e exigem total abertura para os destinatários dos mais diferentes credos religiosos. Sobre tais questões no Brasil temos legislações específicas.

Se a escola pode se apresentar como confessional e acolhe alunos de diferentes religiões, mas que aceitam que a escola tem um viés católico, as Entidades Sociais devem por obrigação legal serem a-confessionais. Torna-se esse um elemento dificultador, senão para a realização de atividades religiosas explicitamente católicas, pelo menos para que se possa exigir o envolvimento das crianças e adolescentes que não professam o catolicismo.

Os dispositivos legais nesse caso tornam-se elementos limitadores em nossa ação pastoral, mas não por certo impeditivos para que possamos cuidar da formação humana e espiritual dos destinatários de nossos trabalhos sociais. A educação integral, que é característica do trabalho educativo salesiano, não apenas não se contrapõe, mas podemos afirmar que encontra ressonância nos pressupostos da legislação civil voltada para a criança e o adolescente, o ECA¹⁹, que assegura como princípio fundamental a proteção integral e o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Outro desafio que se apresenta no contexto das propostas de trabalho com atividades formativas de curta duração (seis meses, um ano) é a rotatividade do aluno, diferente daquela dos que frequentam a escola e que aí permanecem, em geral, por períodos de quatro, oito ou até mais anos.

Dentro do novo modelo de organizar-se e constituir-se com uma proposta salesiana que atua com foco maior na comunidade, trabalha com projetos²⁰ (mais do que com programas) e se estrutura como um espaço de convivência, de relacionamentos, de associacionismo e de protagonismo juvenil, sem as características normais da filantropia social, tem-se a possibilidade de atuar com muito maior ênfase a missão educativo-pastoral salesiana. Primeiramente porque o modelo de atividade propicia maior tempo e maior disponibilidade das crianças e dos jovens que vêm até a obra salesiana para viver esse tipo de experiência e se envolver com ações formativas de cunho religioso-espiritual. Em segundo lugar, porque o Salesiano e a Salesiana liberados de grandes e difíceis amarras de caráter burocrático e administrativo financeiro, podem dispor de maior tempo para se dedicarem à organização e animação da pastoral, que se constitui como o objetivo primordial da nossa identidade salesiana.

¹⁹ Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Lei Federal 8069/90 – Estatuto da Criança e do adolescente).

²⁰ Entendemos aqui por “projetos” ações educativas estruturadas a partir de demandas ou necessidades específicas, colhidas por meio de diagnósticos realizados a partir dos destinatários – educando ou comunidade – com objetivos e metas bem precisos, custos predeterminados e tempo para a execução bem definidos, ou seja, com início, meio e fim já previamente estabelecidos.

Há que se considerar ainda que mesmo ao se concluir um projeto específico de intervenção local, o espaço salesiano continua sendo a referência para os jovens e a comunidade.

Num contexto onde as políticas públicas passam a oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens atividades complementares à escola ou de profissionalização, podemos dar aos nossos espaços um caráter de Centros da Juventude, de um verdadeiro Oratório que, como nos primórdios da Congregação, tornam-se ambientes para se encontrar como amigos, para as práticas do esporte, do lazer e da cultura e, de modo especial, para o aprofundamento da fé e o amadurecimento da vida espiritual. Com maior flexibilidade na organização do tempo e na disponibilidade do salesiano e da salesiana, cabe à criatividade e ao dinamismo dos religiosos saber envolver e comprometer os jovens num bem articulado itinerário da fé, numa vivência que os auxilie a se tornarem apóstolos entre os seus pares.

Conclusão

Se a articulação de uma Rede e o desenvolvimento de um trabalho efetivamente integrado é sempre um desafio para quem se propõe a fazê-lo, pensar e buscar uma ação que articule em rede todo o trabalho social das salesianas e dos salesianos do Brasil é, por certo, uma tarefa nada simples. Trata-se de um conjunto de aproximadamente 120 obras e presenças sociais até recentemente organizadas em duas estruturas autônomas, a dos SDB e a das FMA. A dimensão continental do Brasil e, por consequência, os diferentes contextos e as diversidades culturais acrescentam a essa tarefa um componente significativo de enriquecimento, mas, ao mesmo tempo, algumas barreiras a serem transpostas.

Após alguns anos em que cada uma das duas redes veio procurando construir o seu caminho, nesse momento o percurso começa a ser feito de forma conjunta. Não é por certo uma soma de dificuldades, mas, como já se pode perceber, uma soma de grandes oportunidades e melhores possibilidades. O Carisma que une as salesianas e os salesianos e as experiências amadurecidas no compromisso de ambas as redes com a missão educativo-pastoral em favor das novas gerações, em especial dos que vivem em situação de maior vulnerabilidade, são alicerces mais que profundos para sedimentar uma ação em rede.

O desafio maior consistia em encontrar as possibilidades de alinhar de forma articulada os muitos trabalhos já realizados com entusiasmo, generosidade e competência, de forma a potencializá-los e qualificá-los ainda mais, sem comprometer ou perder as especificidades de cada um. Essa foi a tarefa que inspetores e inspetoras chamaram para si ao trazer para a Rede Salesiana Brasil (RSB), que já acolhia no seu bojo as Escolas dos SDB e das FMA, também a Ação Social desenvolvida pelas duas congregações.

Superada a tentação de um alinhamento mais previsível, através das tipificações rígidas que orientam os programas governamentais, o que rapidamente se alcançou foi uma fórmula que trouxe um compromisso comum a partir da Identidade Ca-

rismática e de eixos temáticos que, de forma transversal, permeiam todo o trabalho já ofertado em cada uma das obras ou presenças. Salesianas e salesianos viram nesta proposta um caminho viável e juntos construíram o primeiro caderno de referência para a RSB-Social, intitulado “Caderno de Identidade Organizacional da Ação Social Salesiana em Rede no Brasil”. Este primeiro material explicita as bases da articulação social salesiana e sua atuação em rede no país.

Dado o primeiro passo para a estruturação da RSB-Social tem-se claro a dimensão do trabalho proposto e suas exigências. Há que se debruçar muito na construção de novos subsídios, desenvolver um intenso trabalho de formação, criar ferramentas que facilitem e integrem a comunicação e a troca de experiências entre os membros da rede e, sobretudo, gerar mudanças de paradigmas e de mentalidade que nos possibilitem enfrentar os novos desafios que nascem de um contexto de profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Todas essas mudanças são ricas de possibilidades, mas portadoras também de várias e grandes dificuldades. Precisaremos como o pai da parábola de Jesus²¹, buscar no “baú” dos tesouros salesianos, nos ensinamentos de Dom Bosco e Madre Mazzarello, as respostas às urgências do tempo presente.

Longe de ser uma missão que assuste, essa é uma missão que anima, renova e faz olhar para o futuro com maior esperança e conseguir – na esteira dos fundadores – oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens de hoje as possibilidades e oportunidades de que necessitam para desenvolverem-se como “bons cristãos e honestos cidadãos”. Como salesianos e salesianas, ao assumir esse grande projeto e esse novo caminho de construção da RSB-Social, reafirma-se a crença nas novas gerações, no seu potencial transformador e na educação como o novo porvir para uma sociedade mais justa, mais fraterna e capaz de iniciar já aqui a construção do Reino de Deus.

Ao celebrar os 200 anos do nascimento de Dom Bosco, reafirma-se a crença, como ele, que a beleza e a riqueza do carisma salesiano centrado no método educativo, no compromisso com os direitos humanos e na educação social aplicada como processo preventivo, revela quem somos e a força da missão que leva ao exercício do trabalho social. Ao mesmo tempo, ao abraçarmos conjuntamente os compromissos que entendemos ser fundamentais neste processo e neste momento histórico, sabemos estar construindo maiores e melhores condições para a Pastoral Juvenil Salesiana na ação social, enquanto caminho para o desenvolvimento integral da pessoa humana, seu encontro consigo, com o outro e com Deus.

²¹ “Todo mestre da lei, bem esclarecido quanto ao Reino dos céus, é semelhante a um pai de família que sabe *tirar do seu tesouro coisas novas e coisas velhas*” (Mt 13,52).

Referências bibliográficas

- BRASIL. CONANDA/CNAS/SEDH/MDS. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 01 mar. 2015.
- BRASIL. Controladoria Geral da União. *Portal da Transparência*. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp> Acesso em 08 jan. 2015
- BRASIL. Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 02 mar. 2015.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Conselho Nacional de Assistência SOCIAL (CNAS). *Diário Oficial [da União, República Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, Imprensa Nacional, Ano CXLVI, nº 225, 25 de novembro de 2009. Seção 1, pag. 1-2/43.
- BRASIL. Lei Federal 12594, 18 de janeiro de 2012. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm, acessado em 27 jan. 2015.
- BRASIL, Rede Salesiana (RSB). *Caderno de Identidade Organizacional da Rede Salesiana Brasil de Ação Social*. Série Documentos de Referência da Ação Social Salesiana em Rede no Brasil. Brasília-DF, RSB 2015.
- BRASIL, Rede Salesiana. *Regimento Interno da Rede Salesiana Brasil de Ação Social*. Brasília-DF, RSB 2015.
- DIREZIONE GENERALE OPERE DON BOSCO/Dicastério para a Pastoral Juvenil Salesiana. *A Pastoral Juvenil Salesiana: Quadro Referencial*. Edição extracomercial. 3a Ed. Roma: Editora S.D.B., 2014.
- FISTAROL, Orestes Carlinhos (Org.). *Sistema Preventivo e Direitos Humanos*. Brasília: CISBRASIL/CIB, 2011.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva. 6ª Edição, 1999.
- GROPPO, Luís Antonio. Um esboço sobre a gênese do campo das práticas socioeducativas no Brasil: aplicação da noção de campo social de Bourdieu. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. Campo Grande: UCDB, 2013.
- INSTITUTO DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA. *Constituições e Regulamentos do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora*. Roma, 1982.
- INSTITUTO DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA. *Cooperação para o desenvolvimento: orientação para o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora*. Bologna: Editrice Missionária Italiana, 2007.

- INSTITUTO DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA. *Para que tenham vida e vida em abundância: Linhas orientadoras da missa educativa das FMA*. Torino: Elledici, 2005.
- KANITZ, Stephen, *Capitalismo Beneficente*. Revista Veja, 28/05/1998, Disponível em: http://veja.abril.com.br/270598/p_021.html em 08 jan. 2015
- NANNI, Carlo. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco hoje*. Brasília: CISBRASIL/CIB, 2014. PAULO VI, PP. Carta Encíclica *Populorum Progressio*. Roma, 1967.
- SALESIANOS DE DOM BOSCO. Capítulo Geral 27. *Testemunhas da Radicalidade Evangélica: Trabalho e temperança*. Editora Dom Bosco. Roma, (2014).
- SALESIANOS DE DOM BOSCO. *Constituições e Regulamentos da Sociedade de São Francisco de Sales*. Roma, 1984.
- SCARAMUSSA, Tarcísio. *O sistema preventivo de Dom Bosco: um estilo de educação*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1984.